

Assembleia autoriza, em primeiro turno, alta de 298% nos vencimentos do governador, que passam de R\$ 10,5 mil para R\$ 37,5 mil agora e para R\$ 41,8 mil em fevereiro de 2025

Aprovado reajuste salarial para Zema e secretários

BERNARDO ESTILAC E ÍCOR PASSARINI

Após o primeiro mandato com relacionamento conturbado com os deputados estaduais, o governador Romeu Zema (Novo) começa a sua nova gestão sob nova perspectiva. No primeiro grande teste teve um dia exitoso: ontem, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), inclusive com reajuste salarial para o chefe do Executivo e o primeiro escalão do governo. Contando com maioria na Casa nesta legislatura, o governo estadual conseguiu aprovar três projetos em primeiro turno com ampla margem, embora parlamentares da oposição e movimentos populares tenham atuado durante os debates no plenário. As votações tomaram todo o dia de atividades na ALMG. O primeiro projeto aprovado foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71/2021, que retira o Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) da gestão da Polícia Civil e o transfere para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Na sequência, os parlamentares formaram maioria para aprovar o Projeto de Lei (PL) 358/2023, que trata da reforma administrativa do governo estadual e, por último, foi aprovado, em primeiro turno, o PL 415/2023, que permite aumento salarial de R\$ 298% para Romeu Zema.

O dia começou com manifestação de entidades de classe e movimentos populares nos arredores da Assembleia e no plenário. Sindicatos protestaram contra o aumento proposto para Zema e seus secretários e também reivindicaram reajuste para os servidores. "Estamos reunidos contra as arbitrariedades do governo Zema, com esses aumentos para ele e seus secretários, que são uma coisa absurda e é totalmente contrário ao discurso eleitoral de que ele iria fazer diferente, de que iria fazer algo novo. O que Zema está propondo é só regalia para ele e seus secretários", disse Ramon Peres, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região.

O PL 415/2023, aprovado por 45 votos contra 20, foi anunciado pelo governo como forma de conseguir manter profissionais competentes nos cargos do Executivo estadual. Zema afirma que o reajuste salarial ocorre depois de 15 anos de congelamento. O projeto aumenta o salário do governador de R\$ 10.500 para R\$ 37.589,96 em abril. Os vencimentos chegam a R\$ 41.845,49 em fevereiro de 2025, o que compõe a alta de 298%.

Já os vencimentos do vice-governador Mateus Simões (Novo) passam de R\$ 10.250 para R\$ 33.830,96 em abril e para R\$ 37.660,94 em fevereiro de 2025. O aumento para os secretários eleva os salários de R\$ 10 mil para R\$ 34.744,44 daqui a dois anos. O projeto voltará agora para a Mesa Diretora antes de ir para votação em segundo turno. "Quem vai concordar ou não com esse pedido do governador os deputados sabem. É verdade que os secretários precisam de reajuste porque o salário deles já é complementado pelos jetons que eles recebem nos conselhos das estações", declarou Denise Romano, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores

em Educação (Sind.UTE/MG). Duas emendas foram votadas e reprovadas após a aprovação do projeto. Uma, de autoria do deputado Sargento Rodrigues (PL), incluía um aumento de 35,44% nos salários das forças de segurança do estado. Outra, de autoria do deputado Professor Cleiton (PV) previa que os secretários, uma vez com salários reajustados, não poderiam receber jetons, nome dado a pagamentos feitos por participação em conselhos de administração ou empresas estatais.

"Nossa pretensão é estabelecer o que diz a lei, existe um teto do funcionalismo público e esse teto vai ser ultrapassado com os jetons. Tem secretário que vai uma vez por mês na estatal e recebe R\$ 20 mil, então nós temos secretários que vão receber mais de R\$ 50 mil por mês. A ideia era estabelecer um reparo entendendo que, neste momento, temos outras prioridades no estado, como discutir a recomposição das perdas das forças de segurança pública, o piso salarial da educação, que Minas é um dos seis estados que não cumpre. Tentamos, com os deputados aqui, mas fizemos nosso papel de estabelecer a razoabilidade e a moralidade na administração pública", afirmou o parlamentar.

DETRAN TRANSFERIDO

Com críticas da oposição e pressão popular, a PEC 71/2021 foi aprovada pelos deputados. A proposta que transfere a responsabilidade do Detran da Polícia Civil para a Seplag foi votada após cerca de cinco horas de deliberações e o placar terminou com 52 votos a favor e 13 contra. Para a PEC ser aprovada, eram necessários votos de três quintos do Parlamento, ou seja 48 deputados estaduais. As polícias ficaram de samaritanas e a PEC passou sem nenhuma audiência pública, reclamou a deputada Beatriz Cerqueira (PT). Com a decisão, a proposta retorna para o Conselho Estadual de Administração e o projeto vai para análise em segundo turno, antes de votação definitiva em plenário. A PEC foi aprovada com o substitutivo nº 3, que inclui as alterações propostas pelo novo texto e encaminhado pelo governador e também pelo substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

"Nos fizemos um acordo com a base do governo para discutir a PEC do Detran entre o primeiro e o segundo turno, por meio de audiência pública na Comissão de Administração", afirmou o deputado estadual Professor Cleiton (PV). Uma mudança sugerida por Zema na PEC 71/21, sem relação com a Polícia Civil, é a permissão para que o governador possa residir em qualquer município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e não apenas na capital, como atualmente.

Além do sugestão do governador Romeu Zema, o texto formaliza o fim das audiências públicas regionais e a possibilidade de que 1% da receita orçamentária corrente ordinária do estado seja destinada ao atendimento das propostas prioritizadas nessas audiências.



FOTOGRAFIA: MIRAMBA/IM/D.A.PRESS

Plenário da Assembleia: Projeto de Lei 415/2023, que aumenta salário de Zema e do primeiro escalão do governo, foi aprovado por 45 votos a favor e 20 contra



Sindicatos e movimentos populares foram à Assembleia protestar contra reajuste para o governador



Articulação de deputados do plenário: ao contrário do mandato anterior, Zema agora conta com ampla maioria na Assembleia

Reforma administrativa também passa

“O que quero como líder de governo é tentar aprovar esses projetos em segundo turno até a próxima semana. Não será fácil, são muitas emendas, ainda há muita coisa para ser acertada”

■ Gustavo Valadares (PSDB), líder do governo na Assembleia Legislativa

O Projeto de Lei 358/2023, da reforma administrativa do governo de Minas, também foi aprovado em primeiro turno com 44 votos favoráveis, 16 contrários e 5 brancos. A proposta, de autoria do Executivo, deve voltar à Comissão de Administração Pública antes de ir para o segundo turno. O projeto faz mudanças na estrutura do governo, incluindo a criação da Secretaria de Estado de Casa Civil da Secretaria de Estado de Comunicação Social, que ficaria responsável pela Rede Minas e pela Rádio Inconfidência. Deputados da oposição criticaram o projeto e encaminharam seus votos pedindo independência dos conselhos estaduais de Saúde e Educação, além de afirmar que a proposta favorece a privatização de serviços públicos.

O projeto da reforma recebeu 71 propostas de emendas ao texto original, das quais oito foram incorporadas ao texto do substitutivo aprovado em primeiro turno. Foram votadas em destaque as propostas de supressão dos artigos 37 e 38 do PL pelas parlamentares da oposição Beatriz Cerqueira (PT) e Paula Gonçalves (Pso), mas ambas foram derrotadas. Segundo as deputadas, o artigo 37 acarreta

riscos para o meio ambiente ao transferir o licenciamento ambiental para a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), além do artigo 38, que aborda a estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e promovida mudança nas regras de fiscalização de barragens de mineração.

O líder do governo na Assembleia, Gustavo Valadares (PSDB), afirmou que pretende votar projetos relativos ao Executivo estadual em segundo turno até o fim da próxima semana. "Cada deputado tem todo o direito de apresentar requerimentos propondo audiências públicas para qualquer assunto. O que eu quero como líder de governo é tentar aprovar esses projetos em segundo turno até a próxima semana. Não será fácil, são muitas emendas, ainda há muita coisa para ser acertada, então não sei se vou conseguir", disse Valadares em entrevista.

Tempo de tramitação dos projetos relativos ao governo na Assembleia Legislativa é alvo de críticas da oposição. Deputados apontam que não há tempo necessário para que os assuntos sejam debatidos pela

população e até mesmo entre os parlamentares. "O governo tem maioria na Assembleia. Dos três blocos, dois o apoiam e 56 parlamentares compõem a base do governo. Então eles vão tentar ditar seu ritmo. A nossa tarefa é cuidar do processo democrático. Interessa a quem a ausência de debate?", questionou a deputada Beatriz Cerqueira (PT).

Para a vice-líder da oposição na Assembleia, Lohanna Lima (PV), a atividade dos parlamentares contrários ao governo é dificultada pelo volume de propostas da base aliada em andamento na Casa. "É difícil falar sobre o tempo necessário, porque as pautas surgem. Por exemplo, escávamos prontos para votar a reforma administrativa quando o governo protocolou um projeto que extinguiu quatro mil cargos da educação, levava para o ensino militar e acabava com a gratificação pelo doutorado. Pela seriedade do projeto, tivemos que nos concentrar nele. Então se o governo continuar com esse poder de fogo, trazendo projetos problemáticos em cima de projetos problemáticos, é lógico que nossa atenção vai ter de se dividir", afirmou a parlamentar em entrevista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3